

SOCIOLOGIA DIGITAL E CAPITALISMO INFORMACIONAL: intersecções e fronteiras entre Pierre Lévy, Manuel Castells e as discussões contemporâneas acerca da plataformização de dados

Katia Borges Barbosa (PPGS/UECE),
katia.borges@aluno.uece.br

Lucas Barros Melo (PPGS/UECE), lucas.barros@aluno.uece.br

Sebastião Lúcio de Alencar Neto (PPGS/UECE),
sebastiao.alencar@aluno.uece.br

RESUMO

Através de revisão bibliográfica e análise qualitativa, este trabalho reflete o itinerário da sociologia digital ao longo das últimas décadas, permitindo-nos compreender os limites e as possibilidades presentes na prática sociológica sobre o universo do digital. O objetivo é mapear a virada para o paradigma materialista da expropriação de dados, partindo das contribuições teóricas acerca da virtualização, do ciberespaço e da inteligência coletiva em Pierre Lévy (1999; 1998; 1996). Nessa etapa, investiga-se como a exteriorização das funções cognitivas e a desterritorialização do saber fundamentam uma visão humanística e otimista sobre o ciberespaço. Na sequência, analisamos a infraestrutura da sociedade em rede sob a ótica de Manuel Castells (1999), onde a informação se torna a força produtiva central do informacionalismo e as redes redefinem o poder econômico. Esse capítulo explora a morfologia social dos fluxos e como a organização em rede passou a estruturar as relações de trabalho e a cultura global. O terceiro capítulo discute o impacto do capitalismo informacional na contemporaneidade, através das perspectivas do capitalismo de plataforma e do colonialismo digital, demonstrando como a centralidade do extrativismo de dados impõe novos desafios à soberania tecnológica do Sul Global. Analisa-se como as relações humanas, ao serem codificadas em metadados, são transformadas em *commodities* por grandes corporações transnacionais, gerando uma nova divisão internacional do trabalho e processos de despossessão política nas nações periféricas. Como resultado do trabalho, podemos concluir que o entendimento crítico dos autores clássicos e contemporâneos do campo estudado não nos permite apenas compreender os avanços científicos através de seus paradigmas, mas também nos fornece instrumentos para problematizar o capitalismo informacional contemporâneo.

Palavras-chave: Capitalismo informacional. Manuel Castells. Pierre Lévy. Plataformização de dados. Sociologia digital.

1 INTRODUÇÃO

Diante da lógica computacional, proposta pela máquina de Turing em 1936, e dos esforços militares estadunidenses, na década de 60, para estabelecer a ARPANET (*Advanced Research Projects Agency Network*) como uma rede de comunicação instantânea, alcançamos, entre o fim da década de 1980 e o início de 1990, significativos avanços nessa área com a criação da World Wide Web (WWW) e do *Mosaic*. Essas duas experiências resultaram numa rede de informações conectadas através de hiperlinks, inaugurando a “navegação” na internet, estabelecendo um ponto de virada para a popularização da tecnologia entre as massas. Observando um universo de tecnologias que avançava lentamente, mas que em poucas décadas se tornava um fenômeno social complexo, inúmeros teóricos dos mais diversos campos passaram a refletir sobre essas mudanças. À vista da profundidade dessas transformações, a sociologia integrou prontamente essa nova realidade ao seu escopo analítico por reconhecer no digital um novo e complexo território de relações humanas.

A despeito da pluralidade de autores que se debruçaram sobre a temática em seu estágio inicial, Pierre Lévy (1956) destaca-se como uma figura basilar da sociologia digital, pela densidade de sua sistematização teórica, sendo considerado um marco inaugural deste campo. Suas obras paradigmáticas na década de 1990, como *As tecnologias da inteligência* (1990) e *Cibercultura* (1997), fundamentaram conceitos como “virtualização” e “inteligência coletiva” e estão presentes no campo de estudos até os dias de hoje. Não obstante, se suas obras foram de grande relevo ao desvelar a dicotomia entre o virtual e o real, Manuel Castells (1942) nos legou uma visão menos subjetivista e mais estruturante das novas tecnologias. Dessa forma, Castells (1999) propõe uma virada teórico-epistemológica do campo, estabelecendo o novo paradigma da “sociedade em rede” estruturada em fluxos informacionais.

Entretanto, diante do processo de massificação e democratização do acesso à internet e de dispositivos tecnológicos, concomitante ao afunilamento do informacionalismo proposto por Castells (1999), emerge um novo paradigma no campo. Através da plataformização das relações humanas, os dados passaram a ser tratados e armazenados como *commodities* centrais do capitalismo informacional contemporâneo, impulsionando a sociologia a teorizar sobre um novo paradigma material, o da expropriação e extrativismo das relações humanas codificadas em metadados (Couldry; Mejias, 2019). Processo esse que reconfigura a divisão internacional

do trabalho digital e as relações entre o Norte e o Sul Global. Nesse contexto, as mudanças de escopo análtico da sociologia digital nos revela importantes questionamentos: Como a sociologia digital deslocou seu eixo de análise a partir do paradigma ontológico da virtualidade em Pierre Lévy e da morfologia dos fluxos informacionais em Manuel Castells para o atual paradigma do extrativismo de dados? De que maneira essa virada teórica revela a fragilização da soberania do Sul Global no contexto do colonialismo digital?

Metodologicamente, este trabalho é de cunho qualitativo e caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, compreendida como o levantamento e a análise sistemática de contribuições teóricas publicadas acerca de determinada temática (Gil, 2008). Além disso, segundo Lakatos e Marconi (2017), essa revisão de literatura possibilita a análise de marcos teóricos já consolidados sob novos enfoques analíticos. Nessa toada, a presente pesquisa possui como objetivo geral analisar a transição entre os paradigmas teóricos da sociologia digital ao evidenciar a mudança da perspectiva da inteligência coletiva de Lévy (1998) e da estruturação dos fluxos informacionais de Castells (1999) para as pesquisas contemporâneas focadas na centralidade dos dados (Srnicek, 2018; Silveira, 2019; Zuboff, 2020). O trabalho busca demonstrar como esse deslocamento para uma análise do extrativismo é fundamental para compreender a perda de soberania digital nas nações do Sul Global perante as novas lógicas de dominação digital.

Esta pesquisa possui relevo científico ao evidenciar as viradas teóricas e epistemológicas no campo da sociologia digital, não por uma visão evolucionista e etapista da ciência; mas, historicamente, através de seus saltos paradigmáticos. Além disso, ressaltamos a necessidade da sociologia compreender e acompanhar as mutações do digital. Se antes o objeto era o “virtual” ou a “rede”, hoje o objeto central é a plataforma e os dados, exigindo que a teoria se desloque da abstração para a materialidade. Igualmente, justifica-se o esforço teórico de elaboração pelo imperativo de compreender as mediações infraestruturais que o Sul global está imerso, fragilizando a soberania digital e a liberdade tecnológica de suas nações.

Desse modo, a estrutura deste trabalho reflete o deslocamento do interesse sociológico sobre o digital ao longo das últimas décadas. O primeiro capítulo é dedicado ao paradigma da virtualização, o ciberespaço e da inteligência coletiva em Pierre Lévy, Em seguida, analisamos a infraestrutura da “sociedade em rede” sob a ótica de Manuel Castells, onde a informação se torna a força produtiva central do informacionalismo. Por fim, o terceiro capítulo discute o

impacto do capitalismo informacional na contemporaneidade, através das perspectivas do capitalismo de plataforma e do colonialismo digital, demonstrando como a centralidade do extrativismo de dados impõe novos desafios à soberania tecnológica do Sul Global.

2 PIERRE LÉVY: as teorias do ciberespaço e a virtualidade do ser

Na década de 1990, o filósofo e sociólogo francês Pierre Lévy lançou a obra *Inteligência Coletiva: Por uma Antropologia do Ciberespaço* (1994), na qual busca superar a dicotomia entre o “real” e o “virtual”, fundamentando o campo que conhecemos hoje como Cibercultura. Com a emergência e popularização da internet, Lévy (1998) passa a sistematizar a história humana em quatro espaços que não se anulam, mas se sobrepõem e interagem: a Terra, o Território, o Espaço das Mercadorias e, finalmente, o Ciberespaço.

Segundo Pierre Lévy (1998), o ciberespaço não deve ser compreendido apenas como uma infraestrutura técnica de computadores, mas sim como uma nova condição antropológica do social, inaugurando o que ele denomina “Espaço do Saber” (Lévy, 1998, p. 22). Essencialmente, o ciberespaço é um novo meio de comunicação, de pensamento e de trabalho que emerge da interconexão global das pessoas informatizadas, produzindo novas formas do ser. Configura-se como o espaço ideal na convergência entre conhecimentos e conhecedores, operando como uma estrutura de recepção, coordenação e troca de informações instantâneas. Entretanto, esse novo espaço transcende a mera troca de dados, tornando-se um ambiente fundamentalmente social. Em última instância, Lévy (1998) destaca que o ciberespaço é a infraestrutura de uma civilização mundializada que permite à humanidade pôr em comum seu saber e seu imaginário em um universo virtual de significações partilhadas.

Nesse sentido, o autor localiza no ciberespaço o ambiente virtual propício para atuar como suporte de uma inteligência coletiva. Pierre Lévy (1998, p. 28) define a inteligência coletiva como “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. O conceito baseia-se no axioma de que ninguém sabe tudo, mas todos sabem alguma coisa, postulando que o saber reside no seio da humanidade. Desse modo, o ciberespaço é o meio de civilização que permite que a inteligência coletiva deixe de ser apenas uma ideia para tornar-se

um projeto político e social de renovação das relações sociais. Oferecendo mecanismos que permitem que as sociedades se tornem inteligentes enquanto massa, e possam solucionar problemas complexos através da troca de saberes.

Entretanto, para que a inteligência coletiva se distribua de forma plena no corpo social, Lévy (1996) recorre ao conceito de virtualização; o autor argumenta que o processo de evolução humana desde seus antepassados históricos foram forjados mediante sucessivas virtualizações, como na consolidação da linguagem e da técnica. No contexto da década de 1990, o autor considera que o processo de digitalização radicaliza esse movimento ao exteriorizar funções cognitivas em suportes telemáticos. Esse fenômeno gera o que o autor denomina efeito Moebius, uma reviravolta onde o interior (o pensamento individual) se projeta no exterior (a rede), permitindo que o saber se torne um objeto público, livre de amarras concretas e pronto para a circulação.

Essa dinâmica culmina no que Lévy (1999) denomina como um “Universal sem Totalidade”. De acordo com o autor, o universalismo tradicional, herdado das Luzes ou de tradições religiosas, buscava a totalidade, ou seja, o fechamento do sentido sob uma única verdade, cultura ou autoridade centralizadora. Contudo, o ciberespaço, inaugura uma forma de universalidade que não totaliza, pois não existe um centro mediador que unifique as mensagens ou controle os fluxos; a rede é, por definição, um sistema aberto e em constante expansão. Nessa toada, Pierre Lévy (1999) sublinha que a emergência e a popularização do acesso a Internet desencadearia uma integração social decorrente das trocas simbólicas e pela participação da inteligência coletiva. Permitindo a coexistência de múltiplas culturas e linguagens em um suporte técnico unificado, sem que isso resulte em uma cultura única ou obrigatória.

Não obstante, suas teorias promovem debates até os dias de hoje, as opiniões sobre as contribuições de Pierre Lévy para o campo da Sociologia Digital não são unânimes. Embora Bembem e Santos (2013) destaquem o caráter coletivo e democrático das reflexões propostas pelo autor; Leite, Perez e Moraes (2025) destacam a perspectiva otimista de Levy em relação à construção de uma democracia virtual. Nessa mesma linha, para Rüdiger (2013, p. 161), o autor sustenta uma “tecnoutopia liberal humanista” que subestima as estruturas de poder e a economia política subjacente ao desenvolvimento tecnológico. Desse modo, o otimismo de Lévy ignora que o ciberespaço não emerge em um vácuo, mas no cerne do capitalismo globalizado, estando impregnado por seus paradigmas de dominação e exploração (Santaella, 2010).

Rüdiger (2013, p. 13) destaca que o pensamento de Lévy está voltado para o desenvolvimento orgânico e social da internet e seus meios de interação coletiva, relacionando esses processos com o “progresso civilizatório”. Porém, no contexto atual, a organicidade vem demonstrando ter sido capturada pelo controle das grandes empresas de tecnologia, onde os algoritmos ditam o que será visto e por quem. Ademais, no sentido estrutural, diante da indisponibilidade pública de códigos de programação, a linguagem da era digital também se materializa como uma nova forma de controle. Dessa feita, o grau de liberdade fornecido pela programação e pela cibercultura expressam um novo marco civilizatório, mas não de maneira positiva como pregam as sociedades colonizadoras. Essa separação parece também estar no eixo de disputa digital que se forma nas redes. Um algoritmo que retém dados para assim produzir experiências cibernéticas reprodutoras de padrões colonizadores.

Aliado a isso, no campo da política e da soberania digital, a principal objeção a Levy reside na natureza apolítica de suas teses. Evgeny Morozov (2018) argumenta que mesmo em um contexto social menos crítico, ao focar na “inteligência coletiva” (Lévy, 1995) e no “universal sem totalidade” (Lévy, 1999), Levy falha em reconhecer que a infraestrutura digital é controlada por grandes corporações transnacionais. Enquanto as referidas obras celebram a democratização da informação, vozes críticas já evidenciavam a emergência de novas formas de controle, minando a soberania popular e esvaziando o debate público e a imaginação política ao passo que a era digital se materializa.

Não obstante, a contribuição de Lévy permanece fundamental para compreender a internet como um novo espaço antropológico de potencial emancipatório. Entretanto, como ente histórico, suas teses não capturaram que o ciberespaço, local da sua utopia de um universo sem totalidade, seria o ambiente da materialização de infraestruturas digitais globais, que transformaram o lugar de um fluxo livre de saberes para o terreno de uma nova organização social e econômica de poder. Como se verá no próximo capítulo, Manuel Castells desloca sua fundamentação para pensar uma estrutura sociológica das redes informacionais de comunicação, instaurando o novo paradigma do informacionalismo, no qual longe de extinguir o poder, o digital o reconfigura em novos fluxos.

3 MANUEL CASTELLS: a estrutura em rede da sociedade da informação

Contrapondo-se a uma perspectiva antropológica e idealista de Pierre Levy (1996) — e numa leitura menos subjetivista e mais descritiva dos acontecimentos históricos (Simões, 2009), Castells nos apresenta uma visão estruturante sobre como o advento das novas tecnologias condicionam as relações sociais de produção capitalista e inauguram, portanto, um novo marco do desenvolvimento econômico cuja principal matéria prima passa a ser a informação. Para o autor (1999), os processos de convergência e interdependência tecnológica levam a uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas), o que levou-o a definir o informacionalismo, a globalização e o funcionamento em rede como características principais desse novo sistema de desenvolvimento socioeconômico.

É informacional porque a produtividade e competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais (Castells, 1999, p. 119).

Em Castells (1999), esse novo marco do desenvolvimento das forças produtivas se traduz em mudanças substanciais na estrutura organizacional e administrativa das instituições sociais. Relacionando-se diretamente com o quadro representativo do paradigma da tecnologia da informação e comunicação, esse complexo de transformações sociais se espalham não apenas no âmbito das práticas econômicas, mas detêm a capacidade de se infiltrar pelas relações sociais e culturais.

Como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência poder e cultura (Castells, 1999, p. 565).

Através de uma revisão sobre os marcos teóricos que refletem esse novo momento histórico, o autor nos apresenta as suas características principais, dentre as quais, destacam-se:

- a) o desenvolvimento tecnológico para o agir sobre a informação. Constitui-se uma arquitetura social que se traduz no “poder da tecnologia” de redefinir novos fluxos de sociabilidade;

- b) a penetrabilidade do sistema tecnológico que produz alterações culturais em diversos âmbitos da vida em sociedade, integrando e fazendo interagir diversos agentes sociais, em meio aos processos de desenvolvimento de novas tecnologias informacionais;
- c) o predomínio da lógica das redes que corresponderia a uma morfologia capaz de dar conta dos processos complexos e imprevisíveis que envolve o imbricamento entre as constantes transformações do sistema tecnológico e o contínuo vir a ser das relações sociais. Para Castells (1999, p. 108) “a lógica de redes é necessária para estruturar o não-estruturado, porém preservando a flexibilidade, pois o não-estruturado é a força motriz da inovação na atividade humana”;
- d) a flexibilidade que torna as estruturas dessa nova cadeia de relações sociais permeável a alterações reversíveis e modificáveis pelos seus próprios componentes estruturantes. O complexo social que emerge nesse novo quadro societal propicia aos seus agentes certa fluidez organizacional sem que, contudo, resultem alterações substanciais na base de sustentação do sistema de produção de valores materiais e simbólicos.

O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional. Tornou-se inverter as regras sem destruir a organização, porque a base material da organização pode ser reprogramada e aparelhada (Castells, 1999, p. 109).

- e) e a crescente convergência e interdependência do sistema tecnológico em que seguem integrados empresas de tecnologias, processos de produção e desenvolvimento de novos equipamentos eletrônicos que desaguam na constituição de um ambiente digital através da rede mundial de computadores (WEB). Nesse sentido, de acordo com o autor, o desenvolvimento da Internet tem proporcionado a transmissão de dados como forma de comunicação predominante e universal.

Esses elementos imbricados se espalham por toda a complexa rede de relações sociais e condicionam “a sociedade em rede” como um sistema aberto e permeável aos constantes fluxos informacionais e inovações tecnológicas. Os múltiplos acessos, usos e elaborações pelos agentes sociais definem e se deixam definir numa cadeia incessante de novos elementos estruturantes que teriam três camadas principais: os circuitos de impulsos eletrônicos (com base na eletrônica, telecomunicações e novas tecnologias da informação e comunicação); a infraestrutura tecnológica que passa a compreender as velhas-novas formas de poder político e

econômico; e os seus nós, representados pelos novos centros de decisões e de comunicação global, não obstante tenham sido reconstituídos a partir das relações de poder historicamente instituídas pelo velho xadrez das decisões macropolíticas e econômicas.

Na “sociedade em rede”, a flexibilidade leva a uma instabilidade das peças desse mesmo sistema. Portanto,

A localização no nó conecta a localidade com toda a rede. Os nós e os centros de comunicação seguem uma hierarquia organizacional de acordo com seu peso relativo na rede. Mas essa hierarquia pode mudar dependendo da evolução das atividades processadas. Na verdade, em alguns casos, alguns lugares podem ser desconectados da rede, e seu desligamento resulta em declínio imediato e, portanto, em deterioração econômica, social e física. As características dos nós dependem do tipo de funções desempenhadas por uma rede determinada (Castells, 1999, p. 502).

Essas tensões convergem estruturalmente e são mutuamente influenciadas por mudanças no mundo do trabalho, pelas transformações nas relações sociais entre indivíduo e sociedade que passam a ser cada vez mais mediadas pelo universo dos objetos tecnológicos e a construção de uma ambiente virtual ubíquo. Ao escapar de uma visão determinista sobre o sistema tecnológico como teorizado por Pierre Lévy (1996; 1999), o autor desenvolve a tese sobre a “sociedade em rede” alinhando de forma intersubjetiva as dimensões da cultura, da economia, da política e do comportamento.

Não obstante, diante de uma “sociedade em rede” estruturada em fluxos, os grupos e países que não participam dessa rede de troca de informações sofrem o risco iminente de marginalização absoluta, pois a lógica do sistema tende a ignorar ou descartar qualquer elemento que não apresente pertinência para a geração de valor dentro desses fluxos interconectados. Nesse sentido, Castells (1999) destaca que a dependência em relação aos novos modos de fluxo informacional confere um poder de controle desproporcional àqueles que ocupam a posição de gerência das redes. Dessa forma, a exclusão digital é analisada pelo autor como impeditivo que países do Sul Global participem da nova divisão internacional do trabalho dominada pelo informacionalismo, resultando em uma soberania digital fragilizada perante os centros hegemônicos de poder.

Contudo, o desenvolvimento do capitalismo informacional nas décadas seguintes revelou-se um processo distinto do teorizado pelo autor. Se, a partir de Castells (1999) podemos interpretar que a instabilidade da soberania dos países do Sul Global reside na desconexão, para os teóricos contemporâneos a ameaça reside na forma como a inclusão digital ocorreu. Diante

da monopolização do meio digital através das chamadas *Big Techs* e da centralização do capitalismo informacional em dados, nos quais os países periféricos se transformaram em principais exportadores, a preocupação sociológica se deslocou da exclusão digital para a subordinação e a soberania digital. É sob essa lente que o capítulo seguinte investiga como o capitalismo de plataforma e as teorias do colonialismo digital reconfiguram a dominação contemporânea, transformando o antigo sonho da inteligência coletiva (Lévy, 1998) em um sofisticado sistema de monitoramento e captura de valor.

4 SOCIOLOGIA DIGITAL CONTEMPORÂNEA: da plataformização de dados ao colonialismo digital

Pensamentos de autores como Pierre Lévy e Manuel Castells sedimentam muitas das contribuições no campo da sociologia digital. Enquanto Lévy é o primeiro a perceber o ciberespaço (Lévy, 1999) na sua forma disruptiva entre o que é o material e o virtual; Castells (1999) teoriza essa nova ordem societal caracterizada pela centralidade da informação, marcando, portanto, uma virada teórico-epistemológica em relação aquele. Fato é que a sociologia tem se empenhado em produzir pesquisas e contribuições analíticas sobre o desenvolvimento tecnológico da internet e seus desdobramentos ao longo da história, identificando e teorizando novos paradigmas acerca da materialidade do capitalismo informacional.

Segundo Nick Srnicek (2018), nas últimas décadas, ocorreu uma reconfiguração ontológica do sistema econômico global como uma resposta estratégica às recorrentes crises provenientes da estagnação da mais-valia manufatureira. No contexto do capitalismo de plataforma, a internet assumiu um papel central na dinâmica econômica mundial a partir da emergência das plataformas, enquanto forma organizacional e infraestrutural preeminente do capitalismo contemporâneo.

A lógica central deste modelo reside na extração e no controle de imensas quantidades de dados, que passam a ser tratados como a matéria-prima essencial para a vitalidade e o crescimento econômico no século XXI. Por meio de plataformas com categorias distintas, o capitalismo de plataforma subordina a vida social e os processos produtivos a um aparato de

vigilância e captura, no qual a intermediação digital permite que grandes corporações se tornem proprietárias das infraestruturas básicas da sociedade moderna (Srnicek, 2018).

Nesse sentido, Srnicek (2018) argumenta que houve uma transição da internet colaborativa, enfatizada por teóricos como Pierre Lévy (1999) e Manuel Castells (2011) ao analisarem o potencial democratizante da inteligência coletiva e dos fluxos de poder informacional na sociedade em rede, para uma internet de extração. Por consequência, no decurso dos anos, a discussão em torno da expropriação de dados se consolidou como a pedra angular da sociologia digital contemporânea.

Se, inicialmente, o imenso volume de dados gerados pelas interações digitais era percebida apenas como um subproduto residual, esse cenário se transformou celeremente quando as plataformas identificaram ali um recurso estratégico para o aperfeiçoamento de seus próprios serviços. Com o tempo, essa percepção inicial deu lugar a uma lógica muito mais ambiciosa, na qual o reaproveitamento informacional passou a servir primeiramente à rentabilização via publicidade direcionada e, em um estágio mais avançado, à predição sistemática do comportamento futuro dos usuários. Ao analisar esse fenômeno, Zuboff (2020) define tal processo de expropriação como superávit comportamental, sustentando que essa inovação ultrapassou a mera descoberta de uma nova matéria-prima. Na visão da autora, tratou-se de um evento catalisador que demandou a arquitetura de uma lógica extrativista sem precedentes, estruturada para converter a própria experiência humana em uma mercadoria refinada e comercializável em escala industrial.

A reivindicação unilateral da experiência humana como matéria-prima gratuita estabelece uma assimetria de poder e conhecimento sem precedentes, no qual Zuboff (2020) define como poder instrumentário. Com uma força onipresente através da arquitetura computacional, o instrumentarismo busca a automação e modulação dos comportamentos humanos para os fins de terceiros. Segundo Zuboff (2020), nesta fase avançada do capitalismo de vigilância, os meios de produção são subordinados aos meios de modificação comportamental, onde a intervenção direta na ação humana tornou-se o principal motor econômico.

Corroborando com essa ideia, Sérgio Amadeu da Silveira (2019) destaca que a tecnologia é palco de uma disputa epistemológica central na contemporaneidade, onde se

reconfiguram o poder, a economia e as subjetividades. Nesse novo contexto da vida humana, a experiência dos sujeitos, anteriormente íntima, passou para a condição de matéria-prima bruta para predição comportamental. Essa nova ordem não é fruto do acaso, mas de mecanismos técnicos de precisão que operam para modular a vida social e consolidar hegemonias, preparando o terreno para uma submissão que é, antes de tudo, infraestrutural e algorítmica.

Nesse âmbito, Silveira (2019) sublinha a modulação algorítmica como um dos principais mecanismos de poder da sociedade atual. Diferente das formas de manipulação clássica, que operavam por meio de discursos persuasivos, a modulação não visa convencer o sujeito através do diálogo. Em vez disso, ela atua pela variação contínua do ambiente e pela oferta seletiva de opções, moldando a subjetividade através da captura da atenção e da memória. Nesse sentido, sua consolidação leva a riscos iminentes para as democracias do Sul Global, como a fragmentação do debate público por meio de perfis psicológicos que permitem a manipulação direta do eleitorado e a reprodução e amplificação do racismo e da exclusão social por meio de algoritmos que tratam vieses do Norte Global como verdades universais.

Dean (2009) localiza nas plataformas contemporâneas o suporte ideológico necessário para que o sujeito suporte sua própria desposseção política, onde há uma fantasia de liberdade que somente mascara a desvalorização da fala individual. Para a autora, o ato de registrar uma opinião gera um efeito subjetivo de agência que substitui a ação política organizada, funcionando como um fetiche que dispensa o compromisso de longo prazo, permitindo que o sujeito se sinta politicamente ativo enquanto permanece fisicamente passivo. Além disso, a internet oferece uma imagem falsa de totalidade global, permitindo que indivíduos radicalmente antagônicos imaginem pertencer a um mesmo grupo, ocultando o antagonismo de classe fundamental sob um véu de tecnocultura universalista. Sob essa perspectiva, a redução da comunicação ao fluxo de dados não apenas esvazia o discurso político, mas converte a própria interação social em um território a ser explorado pelo capital. Essa dinâmica revela que a desposseção descrita por Dean (2009; 2021) ultrapassa a esfera ideológica e se manifesta como uma nova forma de apropriação extrativista, na qual a vida cotidiana é colonizada para alimentar os mercados de predição comportamental.

Para autores como Nick Couldry e Ulisses Mejias (2019), o uso de termos referentes ao colonialismo não é uma figura de linguagem, mas a descrição de uma fase estrutural da história humana, o colonialismo de dados, que substitui a lente sociológica da expropriação para

dominação. Nesse novo momento da história, a lógica extrativista desloca-se da apropriação de recursos naturais para a extração de fluxos de vida. Nessa toada, se o colonialismo histórico anexou territórios e corpos para alimentar o capital industrial, o colonialismo de dados capta a subjetividade para alimentar o capital informacional.

Essa estrutura de poder se sustenta a partir da captura e controle da vida humana através da conversão de fluxos vitais em dados processáveis e monetizáveis. Vida social essa que está cada vez mais fundamentada em *data relations*, um novo modelo de interação social que normaliza a despossessão e transforma o “eu” em um insumo produtivo. Além disso, esse mecanismo se sustenta como uma organização totalizante da economia e da sociedade que naturaliza a extração e elimina a existência fora do capital. Dessa forma, diferente das críticas tradicionais ao capitalismo, em autores como Marx (1996) e mesmo Foucault (1987), centradas na vigilância ou na exploração do trabalho, a terminologia do colonialismo de dados é empregada para mapear uma mudança estrutural mais profunda, a colonização da própria vida como recurso disponível para o mercado.

Entretanto, apesar da robustez teórica do colonialismo de dados formulado por Couldry e Mejjas (2019), essa perspectiva encontra importantes contrapontos no campo, notadamente nas críticas estabelecidas por Michael Kwet (2019) através do conceito de colonialismo digital. Segundo Kwet (2019), a hegemonia tecnológica contemporânea não pode ser situada enquanto um desdobramento orgânico do progresso técnico, mas como uma reinvenção deliberada do imperialismo, onde a tecnologia é o novo território de conquista.

À luz de Kwet (2019), assim como a Companhia Holandesa das Índias Orientais inaugurou o modelo de corporação global para dispor povos de suas terras e recursos, hoje, as Big Techs operam como as novas metrópoles de um Colonialismo Digital. Este fenômeno transita da ocupação física para a colonização infraestrutural, através do controle sobre softwares, hardwares e a conectividade global.

Nesse sentido, Michael Kwet (2019) argumenta que a arquitetura digital contemporânea reitera lógicas de dominação histórica, nas quais as redes de conectividade são projetadas para priorizar o fluxo de recursos em direção aos centros hegemônicos em detrimento do desenvolvimento autônomo das periferias globais. O controle sobre essas camadas infraestruturais confere aos Estados centrais, notadamente aos Estados Unidos, uma capacidade

sem precedentes de exercer influência sobre as dimensões política, econômica e cultural do Sul Global, reduzindo a agência das populações locais à condição de dependência tecnológica estrutural. Sob essa ótica, a vigilância e a extração sistemática de dados transcendem a definição de modelos de negócios convencionais para se consolidarem como mecanismos de regulação populacional, operados por uma convergência estratégica entre o aparato estatal e o poder corporativo. Tal configuração exige, portanto, um refinamento teórico que identifique a tecnologia não como um recurso neutro, mas como um vetor de exercício de poder soberano e de manutenção de hierarquias globais.

Em síntese, o percurso analítico desenvolvido demonstra que a transição da internet colaborativa para um modelo de extração sistemática não representa apenas uma mudança técnica, mas a consolidação de uma nova ontologia do poder digital. Ao articular a despossessão do superávit comportamental com a dependência infraestrutural imposta pelo colonialismo digital, percebe-se que o desafio imposto ao Sul Global transcende a esfera da regulação de mercado. A busca pela soberania digital emerge, portanto, como um imperativo político e sociológico indispensável para o enfrentamento dessas assimetrias, exigindo a construção de alternativas que devolvam às sociedades a autonomia sobre seus próprios processos produtivos, informacionais e subjetivos, desvencilhando-os das lógicas de dominação imperialista que moldam a contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar os objetivos desta pesquisa, observa-se que a transição da internet para um modelo de plataformização gerou um fenômeno social complexo que não pode mais ser lido apenas pelas lentes do otimismo inicial. A proposta de analisar o deslocamento entre a virtualidade e o extrativismo de dados nos permite compreender como as relações humanas codificadas em metadados se tornaram as novas *commodities* do capitalismo. Ao revisitar o pensamento de Pierre Lévy e Manuel Castells é possível entender como as promessas de inteligência coletiva e dos fluxos informacionais foram absorvidas por uma lógica predatória de controle e expropriação.

Nesse sentido, para pensarmos uma sociologia digital contemporânea, foi preciso voltarmos às teorias de Pierre Lévy e Castells. Enquanto o primeiro lançou um novo campo de estudos a partir de uma lente humanística e de caráter socioantropológico sobre o ciberespaço; o segundo, por sua vez, nos apresenta como o universo de novas tecnologias se institui ao longo do tempo e se projeta nas relações sociais na sociedade moderna. Muito embora as inovações tecnológicas tenham ocasionado deslocamentos na estrutura do modelo de desenvolvimento econômico, em Castells (1999), a “sociedade em rede” não se dissociou completamente das relações de poder historicamente construídas. Essa nova morfologia social fez transitar os novos fluxos de circulação do poder tecnológico entre as velhas estruturas políticas e econômicas já consolidadas no modelo de produção capitalista.

Esses autores consolidaram o campo da sociologia digital para o aprofundamento das pesquisas sobre soberania digital na contemporaneidade. Nesse sentido, a presente pesquisa contribui cientificamente para evidenciar o caráter não evolucionista e etapista da sociologia digital e, paralelamente, descortina as lacunas críticas de Lévy e Castells no que tange esse campo de produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, mapeamos como esta crítica vem sendo construída e dialogada contemporaneamente, compreendendo que esse legado clássico fundamenta a virada para o paradigma do extrativismo de dados, no qual a análise das assimetrias do Sul Global e do colonialismo digital torna-se indispensável para compreender as tecnologias da informação e comunicação na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BEMBEM, Angela Halen Claro, SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 139-151, out./dez. 2013. Acesso em: 23 jan. 2026.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.

DEAN, Jodi. **Democracy and Other Neoliberal Fantasies**: Communicative Capitalism and Left Politics. Durham, NC: Duke University Press, 2009.

DEAN, Jodi. Capitalismo comunicativo e luta de classes. **Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**, Rio de Janeiro, n. 61, p. 115-138, set. 2021.

DELATORRE LEITE, Leonardo; BOLLETTA PEREZ, Giovanna; LEITE DE MORAES, Gerson. Democracia virtual e cibercultura: uma análise a partir do conceito de inteligência coletiva de Pierre Lévy. **Juris Poiesis - Qualis B1**, [S. l.], v. 27, n. 42, 2025. DOI: 10.5935/27.42.2024.11598. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/jurispoiesis/article/view/11598>. Acesso em: 23 jan. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FUCHS, Christian. Mídias sociais e a esfera pública. In: **Revista Contracampo**, v. 34, n. 3, ed. dez/2015-mar/2016. Niterói: Contracampo, 2015. Págs: 5-80. Acesso em: 23 jan. 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KWET, Michael. Digital colonialism: US empire and the new era of corporate age. **Race & Class**, v. 60, n. 4, p. 3-26, 2019. Acesso em: 23 jan. 2026.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. 2. ed. Porto Alegre, Sulina. 2013.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2010.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Democracia e os códigos invisíveis**: como os algoritmos estão modulando comportamentos e acirrando a polarização. São Paulo: Edições SESC, 2019.

SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia. A Sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista Eletrônica Temática**, Ano V, n. 05, p. 1-11, maio 2009. Disponível em:

https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/52266/mod_resource/content/1/Sociedade_Cibercultura.pdf. Acesso em: 26 jan. 2026.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de Plataformas**. Tradução de Aldo Giacometti. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo da Vigilância: A Disputa por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder**. Relógio d'Água, 2020.